

# **Novas Dimensões Sócioeconômicas do Espaço Rural Brasileiro**

## **Lauro Mattei**

- Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP.
- Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade do Texas (USA).
- Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

## **Resumo**

---

O trabalho discute as novas funções do espaço rural, a partir de uma visão que não considera a agricultura como atividade econômica hegemônica do mundo rural, o que implica admitir a existência de um conjunto de outras atividades não necessariamente ligadas às atividades estritamente agrícolas. São precisamente essas atividades que estão dando uma nova conotação ao trabalho rural, cuja essência se expressa na expansão das ocupações não-agrícolas para fazer frente ao processo de queda das ocupações de caráter exclusivamente agrícolas.

## **Palavras-chave:**

---

Desenvolvimento rural; Ocupações não-agrícolas; Agricultura-Políticas públicas.

## 1 – INTRODUÇÃO

O conjunto de transformações estruturais do sistema capitalista do pós-guerra impactou fortemente o sistema agroalimentar mundial, tanto em termos das relações de produção como em termos do papel reservado ao espaço rural. Essas mudanças são, basicamente, de natureza técnica e de ordem política. No primeiro caso, a partir da genética, da química e da mecânica obtiveram-se resultados extraordinários nas produções animal e vegetal na maior parte dos países do mundo. O uso intensivo do capital na agricultura tornou os agricultores mais dependentes de fatores não-agrícolas (máquinas, equipamentos e insumos químicos), ao mesmo tempo em que integrou a agricultura aos complexos agroindustriais, reduzindo progressivamente o seu papel nas áreas rurais.

Porém, esses avanços técnicos estão diretamente relacionados à forma de intervenção dos Estados nacionais na agricultura, uma vez que os mecanismos regulatórios e as políticas governamentais foram decisivas para a conformação da atual estrutura técnico-produtiva de alcance mundial. Na verdade, essas políticas, altamente subsidiadas e com uma dimensão extremamente protecionista para os produtos internos, tiveram como objetivo principal garantir a auto-suficiência alimentar e a geração de excedentes para o comércio agrícola internacional.

Estes procedimentos fizeram emergir, no início dos anos oitenta, uma crise agrícola<sup>1</sup> de proporções mundiais. Em grande medida, na origem dessa crise está o excesso de produção que levou à instabilidade os mecanismos de comércio agrícola mundial, uma vez que a Comunidade Européia, de principal importadora de alimentos, passou a competir nos mercados mundiais com os Estados Unidos da América (EUA), causando uma guerra comercial. Por isso, as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciadas em 1986 com a “Rodada Uruguai”, somente foram concluídas em meados de 1993.

A partir da década de 1980, iniciou-se uma reestruturação das políticas públicas com o objetivo de se imple-

<sup>1</sup> Genericamente, a crise agrícola pode ser considerada como resultante do padrão global de produção, cuja matriz foi sustentada pelo modelo norte-americano. Desta forma, a crise assume um caráter estrutural, uma vez que, além da instabilidade dos preços nos mercados internacionais, ela se fundamenta nos impasses das políticas produtivistas do pós-guerra, nos problemas ambientais e na nova divisão internacional do trabalho.

mentar um modelo produtivo mais flexível que levasse em consideração também o papel de outras variáveis importantes, além daquelas relacionadas à produção agrícola *strictu sensu*.

Decorrente desse processo, está em curso um conjunto de mudanças que conformam uma nova paisagem rural, a qual se expressa através de cinco dimensões fundamentais:

- a) o espaço rural passa a ter outras funções, além daquelas de caráter exclusivamente agrícola;
- b) o processo de trabalho está passando por profundas alterações;
- c) a variável ambiental passou a ser um elemento decisivo no âmbito das novas políticas de desenvolvimento rural;
- d) o sistema agroalimentar se fortalece e se organiza em escala mundial; e
- e) as políticas agrícolas do pós-guerra estão sendo reformuladas, principalmente na Comunidade Européia e nos Estados Unidos.

Neste trabalho, mesmo reconhecendo as interfaces que ocorrem entre os diferentes temas, vamos restringir nossa análise aos aspectos relacionados às novas dimensões do espaço rural e às mudanças na estrutura e composição do trabalho rural.

Hoje existe um consenso na literatura especializada de que o desenvolvimento rural não pode mais ser enfocado da forma tradicional, tendo em vista que as diversas atividades econômicas presentes no espaço rural transcendem a esfera do mundo agrícola. Este espaço não pode ser reduzido apenas a seu papel primordial de produção alimentar<sup>2</sup>. Com isso, impõe-se a necessidade de novas análises que contemplem todas as dimensões do rural, para além das atividades especificamente agrícolas.

Agora nas áreas rurais, além da esfera da produção, a esfera do consumo também passa a se desen-

<sup>2</sup> Buttel e Goodman (1989) afirmam que as análises que se restringem à agricultura perdem sentido porque esta se transformou em uma categoria com menor poder explicativo no âmbito das mudanças do sistema agroalimentar mundial e do meio rural, em particular.

volver mais fortemente, fazendo emergir um conjunto diversificado de demandas oriundas de diferentes grupos sociais (habitação, lazer, etc.). Decorrem daí as novas formas de ocupações e a diversificação do processo produtivo. No entanto, essa diversificação do espaço rural depende, em parte, da forma como as bases agrícolas se articulam neste processo e de como os diversos grupos sociais se ajustam ao novo modelo produtivo que está se conformando.

Segundo Saraceno (1994), as novas funções que as áreas rurais estão desempenhando, em resposta às tendências de redefinição dos termos de troca com o exterior, tornaram-se plenamente visíveis e evidentes, sobretudo a partir da heterogeneidade que as caracteriza. No entanto, a autora ressalta que as áreas rurais foram freqüentemente caracterizadas pelo oposto do que se observava no ambiente urbano, mais por espírito de simetria do que por se ter parado efetivamente para analisar a situação. E essa imagem genérica e ideal da ruralidade tem levado a uma visão esquemática e padronizada dos seus problemas.

Neste sentido, uma análise da articulação entre o espacial e o sócioeconômico revela alguns elementos importantes das novas funções do espaço rural. Essa articulação ocorre, por um lado, pela forma e intensidade de uso dos solos (variável espacial) e, por outro, pelas práticas sociais, econômicas e culturais das populações (variável sócioeconômica).

Gama (1987) afirma que nas transformações sócioeconômicas o espaço assume uma dimensão importante, quer como recurso, quer como um elemento simbólico. Neste caso, a relação sociedade-espaço se expressa através de três aspectos básicos: nas estratégias dos agentes sociais; nas formas de produção e no uso do próprio espaço. Para o autor, quatro itens assumem particular importância no processo que provoca a perda, por parte dos espaços rurais, da especificidade baseada na monofuncionalidade dominada pelas atividades agrícolas<sup>3</sup>:

- a) a difusão dos meios de transporte, aumentando o acesso aos locais de trabalho e aos mercados;

<sup>3</sup> Em parte, as explorações agrícolas se transformam em áreas pluriativas e ficam sujeitas aos ritmos e modos criados e difundidos pelas influências urbanas.

- b) a difusão dos meios de comunicação com informações diversificadas que influem na vida cultural das comunidades rurais;
- c) a difusão da energia elétrica; e
- d) a difusão rápida de novas técnicas que provocam impactos diretos, tanto no espaço produtivo como no espaço residencial.

Neste caso, gostaríamos de chamar a atenção para o aparecimento de um dos primeiros elementos que passam a fazer parte das novas funções do espaço rural: empresas e conglomerados industriais se instalam em áreas tipicamente rurais visando reduzir custos de matéria-prima e de mão-de-obra, além de fugir dos problemas urbanos típicos das grandes metrópoles (congestionamentos, violência, poluição etc.). Este é um exemplo que poderia ser considerado como um transbordamento de atividades típicas do espaço urbano sobre o espaço rural tradicional<sup>4</sup>.

Entretanto, este movimento em direção ao espaço rural não se restringe apenas às atividades industriais. Há mais três aspectos importantes que redimensionam as funções do espaço rural. Em primeiro lugar, aumenta a procura por atividades agregadas ao setor de lazer. Neste caso, crescem as atividades ligadas ao complexo do turismo rural, aos pesque-pague, às pousadas e restaurantes e aos sítios de final de semana. No Estado de Santa Catarina, especificamente, parte dessas atividades está associada aos programas de valorização das tradições culturais<sup>5</sup>.

Em segundo lugar, aumentam as preocupações com a questão ambiental. Este é um tema que cada vez mais vem ocupando a agenda dos diversos atores sociais. Por um lado, em função do uso intensivo de técnicas que provocaram a degradação dos recursos naturais e ocasionaram a contaminação dos alimentos, observa-

<sup>4</sup> Essa mobilidade espacial permite às empresas escolher a força de trabalho de acordo com as suas estratégias de produção (tipos de produtos, segmentos de mercados e formas contratuais). Já a população rural tem a oportunidade de mudar de atividade sem a necessidade de trocar de residência. Com isso, de um espaço multifuncional decorrem relações de trabalho pluriativas.

<sup>5</sup> Implantação de rotas turísticas para valorizar as tradições dos colonizadores que desencadeiam um conjunto de atividades mais diretamente ligadas ao setor terciário da economia.

se a conformação de um movimento de alcance mundial que busca produzir os chamados “produtos limpos”, quase sempre destinados aos nichos de mercado das sociedades desenvolvidas. Por outro, nota-se um aumento da sensibilidade a essa temática por parte das pessoas que procuram o rural por este oferecer um estilo de vida mais saudável, comparativamente aos problemas dos centros urbanos<sup>6</sup>.

Em terceiro lugar, o espaço rural transforma-se em uma opção de moradia para um contingente de pessoas que tem baixo poder aquisitivo. Em parte, essa busca é facilitada pelas condições de transporte e pelas proximidades das cidades, o que possibilita o deslocamento diário do local de moradia para os locais de trabalho e também porque os preços nas áreas rurais geralmente são menores que os dos lotes urbanos. Além disso, essa procura também pode estar relacionada à fuga dos problemas do cotidiano urbano (violência, congestionamento, poluição etc.).

Decorrente dos quatro processos citados, emerge um conjunto complexo e, muitas vezes, contraditório de interesses que afetam os projetos de desenvolvimento rural. Neste caso, naqueles locais onde predominam os agricultores tradicionais prevalecem programas de desenvolvimento ainda baseados nas explorações agrícolas. Já nos lugares onde predominam os “novos moradores”, os programas de desenvolvimento tendem a se concentrar em atividades de cunho mais preservacionista e menos assentadas na produção agrícola. Finalmente, onde há uma interpolação de interesses, o tema do desenvolvimento é um foco constante de conflitos. É precisamente essa multiplicidade de interesses que reconstitui física, econômica e socialmente os espaços rurais<sup>7</sup>.

No entanto, o processo acima descrito não se restringe e nem deve ser confundido com o que os franceses passaram a denominar recentemente de neo-ruralismo<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Poderia ser acrescentado ao anterior as ações dos movimentos de consumidores que, em escala crescente, demandam produtos mais naturais. Atualmente, como resultado dessa ação dos consumidores, verifica-se a proibição da comercialização da soja transgênica em diversos países.

<sup>7</sup> Maiores detalhes deste processo encontram-se em Marsden (1995).

<sup>8</sup> Segundo Giuliani (1990), na prática o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade.

Para Silva (1996), ele é maior que a simples retomada do próprio rural, pois representa a construção de um “novo rural” que resgata, obviamente, muitos dos atributos do “velho rural”, mas que por outro lado, introduz um conjunto de novas funções e processos até bem pouco tempo desconhecidos do ambiente rural.

Este processo cria uma rede econômica e social densa e intrincada (difícil de ser distinguida), em que a agricultura e os outros setores surgem cercados pelos contornos do mercado de trabalho e onde, somente por critérios de separação das atividades produtivas, não é mais possível delimitar corretamente o rural e o urbano. Com isso, a vitalidade da sociedade rural e do seu espaço decorre do enlace, via mercado de trabalho, da agricultura e das outras atividades (BAPTISTA, 1993).

No Brasil, diversos autores vêm dando ênfase às análises do redimensionamento do espaço rural, visando apreender o conjunto de transformações em curso. Para Müller (1995), o espaço rural não pode mais ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de poder oferecer ar, água, turismo, lazer e bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

Silva (1996; 1997), ao discutir a evolução atual da agricultura brasileira, concluiu que já não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que o comportamento do emprego rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e da produção agropecuária. Há um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

Isto nos leva a um ponto crucial: o mundo rural, ao deixar de ser um espaço exclusivamente agrícola, cria novas dinâmicas técnico-produtivas que causam fortes impactos sobre o mundo do trabalho. Com a integração crescente da agricultura aos demais setores da economia naquilo que ficou conhecido como os complexos agroindustriais, alterou-se a estrutura e a composição do mercado de trabalho rural. Por um lado, a modernização e a integração produtiva elevaram a produtividade

de do trabalho agrícola de tal forma que muitas das atividades que antes eram exercidas por várias pessoas agora se individualizam, liberando mão-de-obra no interior das famílias<sup>9</sup>.

Por outro, essa integração vertical que padroniza os sistemas produtivos visando atender os mercados segmentados e também os “nichos de mercados”, provoca um crescimento dos índices de flexibilização e informalização do trabalho rural<sup>10</sup>, que se traduz em um aumento do número de agricultores e de seus familiares ocupados em atividades que já não estão mais diretamente relacionadas à produção agrícola especificamente. Surge daí a figura do **agricultor pluriativo**, o qual passa a combinar as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas, tanto interna como externamente às propriedades.

Esse processo que possibilita a uma pessoa conjuar vários papéis (tornar-se pluriativo), dá ao agricultor um duplo caráter: o de empregado e de trabalhador conta-própria ao mesmo tempo. Neste caso, o trabalho por conta-própria e a pluriatividade não são, como poderia parecer, um resíduo da situação anterior, mas um novo fenômeno que está ligado ao desenvolvimento do *agribusiness*, onde a agricultura é cada vez menos um setor com o seu próprio mercado de trabalho<sup>11</sup>. Ao longo das últimas décadas, o debate sobre a pluriatividade nos países desenvolvidos foi permeado por uma série de questões, muitas das quais estão diretamente relacionadas às novas funções do espaço rural e às mudanças que redefiniram o trabalho rural e impuseram um novo papel para os atores sociais rurais, em especial para os agricultores familiares.

É justamente essa dimensão das atividades não-agrícolas sobre o mercado de trabalho rural brasileiro que iremos analisar na seção seguinte, destacando as principais tendências observadas a partir das informações coletadas

<sup>9</sup> Este processo rebate mais fortemente sobre o sistema de produção familiar. Segundo Baptista (1993), este sistema de produção especializou-se de tal forma que as atividades agrícolas são crescentemente asseguradas pelo chefe da exploração. Com isso, libera-se parte da mão-de-obra familiar que passa a buscar ocupação em atividades fora da agricultura. No entanto, ressalta-se que este não é um processo homogêneo e que não afeta de forma idêntica a todas as explorações familiares.

<sup>10</sup> Alguns autores denominam este processo de padrão “Pós-Fordista de produção”. Para maiores detalhes, veja Bonnano (1999).

<sup>11</sup> Para maiores detalhes, vide Mingione e Pugliese (1987).

pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e sistematizadas pelo Projeto Urbano<sup>12</sup>.

## 2 – DINÂMICA POPULACIONAL E EXPANSÃO DAS OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS<sup>13</sup>

A partir dos anos cinquenta do século XX, quando o país aprofundou os programas de industrialização, instalou-se um processo contínuo de modificação do perfil populacional, cuja expressão máxima encontra-se nas elevadas taxas de êxodo rural e na forte urbanização da maioria das grandes regiões brasileiras. Essa dinâmica populacional foi estimulada por dois fatores básicos: por um lado, as pessoas migraram do campo em busca de melhores oportunidades de trabalho nos centros urbanos e, por outro, essa migração ocorreu também devido à modernização da agricultura, o que implicou na diminuição de oportunidades de trabalho agrícola nas áreas rurais.

No entanto, a crise econômica que se abateu sobre o país a partir da década de 1980 acabou afetando, de alguma forma, esse movimento populacional. Com isso, observa-se um certo arrefecimento do êxodo rural, que se reflete na manutenção das taxas de crescimento da população rural ao longo das duas últimas décadas, conforme veremos mais adiante.

Isto não quer dizer, porém, que a agricultura ampliou a sua capacidade de absorver toda a força de trabalho que continuou residindo nas áreas rurais. Ao contrário, com o aprofundamento da modernização de sua base técnica, é cada vez menor a possibilidade das pessoas se ocuparem produtivamente apenas com base nas atividades agrícolas. Para mostrar essas tendências, utilizaremos as informações das PNADs disponibilizadas pelo

<sup>12</sup> É um projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” que analisa as transformações nas ocupações rurais em onze unidades da federação, sob a coordenação dos Profs. José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann, do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (IE/UNICAMP).

<sup>13</sup> Neste estudo utilizo o termo “ocupações” ao invés de “emprego” porque essa expressão traduz melhor o processo de mudanças na estrutura do trabalho em curso nas áreas rurais, pois como afirmam Barros e Mendes (1983), “a complexidade do trabalho na agricultura tem por origem, não só as circunstâncias de se tratar de atividade repartida por distintas formas de produção, mas também o fato de o trabalhador agrícola se achar, com frequência, dividido por ocupações ou situações sociais diferenciadas que fazem com que o trabalho agrícola nem sempre assumira a natureza de profissão, mas coincida com o que se pode designar de ocupação”.

“Projeto Rurbano”. Antes, porém, alguns esclarecimentos são necessários.

Em primeiro lugar, devido às mudanças conceituais efetuadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da PNAD de 1992, foi necessária uma retabulação dos dados para tornar as informações da década de 1990 compatíveis com as informações dos períodos anteriores. No âmbito do Projeto Rurbano, essa retabulação dos dados foi efetuada com base na metodologia de homogeneização conceitual desenvolvida por Del Grossi (1999). Neste caso, a população economicamente ativa é quantitativamente menor do que aquela apresentada pelo novo conceito adotado pelas PNAD após 1992. Por essa razão, as tabelas apresentam a designação de “população economicamente ativa (PEA) restrita”, ou simplesmente “PEAr”, para expressar o processo de compatibilização dos dados.

Em segundo lugar, as principais tendências são apresentadas de duas maneiras. Para as informações referentes ao período entre 1981 e 1992, as estimativas dos valores da estatística  $t$  empregadas para a comparação foram efetuadas com base na variância calculada de acordo com o método desenvolvido por Hoffmann (1997). Já as tendências para a série dos anos noventa fundamentam-se em estimativas dos coeficientes angulares de equações do tipo log-linear do total da população contra o tempo.

A Tabela 1 apresenta a população brasileira com dez anos ou mais de idade, segundo a situação de domicílio, a condição de ocupação e o ramo de atividade. No âmbito da população total (agregado urbano + rural), nota-se que, com exceção da PEAR ocupada agrícola, todos os demais contingentes populacionais apresentaram crescimento generalizado durante o período 1981-1997. No caso do total da população ocupada no ramo agrícola, verifica-se que praticamente não houve nenhum acréscimo numérico entre 1981 e 1997, ou seja, passou-se de 13,3 milhões de pessoas para 13,4 milhões de pessoas. Esse fato comprova a afirmação anterior de que a capacidade de geração de ocupações exclusivamente a partir da agricultura manteve-se estagnada ao longo de todo o período analisado.

Quando separamos essas informações por situação de domicílio, o quadro se altera totalmente. Do ponto de vista do total da população urbana de 10 anos ou

mais de idade, nota-se uma incorporação de cerca de 36 milhões de pessoas entre 1981 e 1997. Com isso, a população de 10 anos ou mais que reside nas cidades passou a representar aproximadamente 81% da população total na mesma faixa etária. De alguma forma, esse comportamento expressa o forte processo de urbanização vivido pelo país nas últimas décadas. Esse tipo de comportamento também se reflete na dinâmica da população ocupada no meio urbano (PEAr ocupada) que cresce a taxas superiores às taxas de crescimento da população total. Por outro lado, chama a atenção também o forte crescimento das taxas de desemprego entre 1981-1992 e na própria década de 1990, ou seja, o número de pessoas desempregadas e que estavam procurando emprego na semana de referência da pesquisa subiu de 1,8 milhão, em 1981, para 5,6 milhões, em 1997. Finalmente, quanto ao ramo de atividade, observa-se que as ocupações agrícolas para as pessoas com residência urbana apresentaram uma tendência de queda na década de noventa da ordem 1,7%, uma vez que o valor do coeficiente  $b$  da equação de regressão do total da população urbana ocupada em atividades agrícolas contra o tempo foi negativo e significativamente diferente de zero, a 90% de confiança.

Ao analisarmos as condições da população com domicílio rural, notamos uma série de diferenças em relação à situação domiciliar anterior. Em primeiro lugar, verifica-se uma estagnação da população rural de 10 anos ou mais de idade entre 1981 e 1997, ou seja, passou-se de 24,2 milhões de pessoas para 24,3 milhões em dezessete anos. Esse lento crescimento da população rural de 10 anos ou mais não pode ser associado a um recuo na atratividade do setor urbano, pois como vimos, a taxa anual de crescimento da PEAR urbana ocupada foi da ordem de 2,0% no mesmo período.

Do ponto de vista da população economicamente ativa e inativa, observam-se dois movimentos opostos ao longo de todo o período considerado. Enquanto a população inativa decresceu numericamente do primeiro para o último ano da série, a população economicamente ativa cresceu, mesmo que durante a década de noventa essa tendência tenha sido oposta.

Quanto aos ramos de atividade da população ocupada (PEAr rural ocupada), observa-se uma redução da participação do ramo exclusivamente agrícola na geração de ocupações à população de 10 anos ou mais de

**Tabela 1 – População com 10 anos ou mais de idade, segundo a situação de domicílio, a condição de ocupação e o ramo de atividade – Brasil, 1981-1997.**

	Pessoas (1.000)						Taxa anual (%)	
	1981	1992	1993	1995	1996	1997	81-92 <sup>a</sup>	92-97 <sup>b</sup>
<b>Pop. Total com 10 anos ou + de idade</b>	<b>88.903</b>	<b>113.295</b>	<b>115.658</b>	<b>120.600</b>	<b>123.378</b>	<b>125.074</b>	<b>2,2***</b>	<b>2,0***</b>
Total da "PEA restrita"	47.489	65.983	66.954	70.063	69.593	71.638	3,0***	1,6***
Ocupados	45.465	61.236	62.400	65.394	64.309	65.581	2,7***	1,3***
Agrícola	13.300	14.861	14.481	14.405	13.349	13.429	1,0***	-2,1***
Não-agrícola	32.166	46.375	47.918	50.989	50.960	52.151	3,4***	2,3***
Não-ocupados – Procurando Emprego	2.023	4.747	4.554	4.669	5.284	6.057	8,1***	4,7**
Não-Economicamente ativos	41.414	47.312	48.704	50.537	53.785	53.436	1,2***	2,7***
Aposent., Pension. ou outras rendas	7.338	10.277	11.240	11.779	12.726	13.121	3,1***	4,7***
Outros não-economicamente ativos	34.076	37.035	37.464	38.758	41.059	40.315	0,1***	2,0***
<b>Pop. Urbana com 10 anos ou + de idade</b>	<b>64.669</b>	<b>89.511</b>	<b>91.898</b>	<b>96.571</b>	<b>99.167</b>	<b>100.756</b>	<b>3,0***</b>	<b>2,4***</b>
Total da "PEA restrita" urbana	33.553	50.982	51.956	55.128	55.284	57.066	3,9***	2,3***
Ocupados	31.669	46.547	47.697	50.781	50.404	51.439	3,6***	2,0***
Agrícola	2.564	3.669	3.656	3.676	3.399	3.373	3,3***	-1,7**
Não-Agrícola	29.105	42.878	44.041	47.106	47.005	48.065	3,6***	2,3***
Não-ocupados – Procurando Emprego	1.884	4.435	4.259	4.346	4.880	5.627	8,1***	4,5*
Não-Economicamente ativos	31.117	38.529	39.943	41.443	43.883	43.690	2,0***	2,7***
Aposent., Pension. ou outras rendas	6.098	8.760	9.541	9.889	10.681	11.048	3,3***	4,4***
Outras não-economicamente ativos	25.018	29.769	30.402	31.554	33.202	32.642	1,6***	2,1***
<b>Pop. Rural com 10 anos ou + de idade</b>	<b>24.234</b>	<b>23.785</b>	<b>23.760</b>	<b>24.029</b>	<b>24.211</b>	<b>24.318</b>	<b>-0,2*</b>	<b>0,5***</b>
Total da "PEA restrita" rural	13.936	15.001	14.998	14.935	14.309	14.572	0,7***	-0,8*
Ocupados	13.797	14.689	14.702	14.613	13.905	14.142	0,6***	-1,0**
Agrícola	10.736	11.193	10.826	10.730	9.950	10.056	0,4***	-2,2***
Não-Agrícola	3.061	3.497	3.877	3.883	3.955	4.086	1,2***	2,5**
Não-ocupados – Procurando Emprego	139	312	295	322	404	430	7,6***	7,4***
Não-Economicamente ativos	10.298	8.783	8.762	9.094	9.902	9.746	-1,4***	2,6***
Aposent., Pension. ou outras rendas	1.240	1.517	1.699	1.890	2.045	2.073	1,9***	6,4***
Outras não-economicamente ativos	9.058	7.266	7.063	7.204	7.057	7.673	-2,0***	1,7*

Fonte: NEA/IE/UNICAMP- Projeto Rurbano - Tabulações Especiais

a) É o teste *t* indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste *t* indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(\*), (\*\*) e (\*\*\*) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

idade, isto porque os números gerais de 1997 são inferiores àqueles apresentados no ano de 1981. Isto quer dizer que as ocupações agrícolas gradativamente vêm perdendo espaço no volume total de ocupações da população rural. Já o ramo das ocupações não-agrícolas cresce significativamente ao longo de todo o período e se fortalece como uma opção viável para parcelas significativas da população rural que não encontra mais trabalho na agricultura, atingindo mais de 4 milhões de pessoas em 1997. Finalmente, deve-se ressaltar ainda o forte crescimento das pessoas consideradas ocupadas, mas que na semana da pesquisa estavam procurando emprego, ou seja, essa categoria cresceu de 139 mil pessoas, em 1981, para 430 mil pessoas, em 1997. Essas informações revelam que mesmo o crescimento verificado nas

ocupações não-agrícolas não está sendo suficiente para atender as demandas por trabalho da população rural de 10 anos ou mais de idade.

Na verdade, esse comportamento da PEAR ocupada total é reflexo do que ocorre genericamente no âmbito regional. Para analisar a dimensão desse processo nas diferentes regiões do país, a Tabela 2 apresenta apenas a População Economicamente Ativa restrita (PEAR) ocupada na situação domiciliar rural, por ramo de atividade. Inicialmente, a título de informação, é importante considerar que o IBGE não pesquisa as áreas rurais da região Norte, exceto o Estado de Tocantins, porém as informações deste Estado continuam fazendo parte da região Centro-Oeste. Além disso, os dados do

Estado de São Paulo foram desagregados da região Sudeste, devido ao tamanho amostral daquele Estado<sup>14</sup>.

A primeira informação importante a ser extraída da Tabela 2 é que a população ocupada vinculada às atividades não-agrícolas cresceu em todas as regiões do país, independente dos períodos considerados (1981-1992/1992-1997). Já a população rural ocupada exclusivamente em atividades agrícolas diminuiu nas principais regiões, exceto na região Nordeste do país, destacando-se a forte queda verificada no Estado de São Paulo e na região Sul, justamente os locais onde o processo de modernização agrícola foi mais intenso nas últimas décadas.

Esse fato desmistifica as afirmações de muitos estudiosos que reagiram e ainda reagem a essas informações com o argumento simplista de que “esse é um processo localizado” e que não pode ser considerado no âmbito do país. Além disso, os dados da tabela permitem lançar um olhar de médio e longo prazos sobre o futuro dos habitan-

tes do espaço rural, o qual não necessariamente passará pela inserção profissional no campo restrito da agricultura.

A segunda questão importante diz respeito às distintas inserções regionais. No plano comparativo entre as atividades agrícolas e as não-agrícolas, nota-se que apenas no Estado de São Paulo as atividades não-agrícolas já são superiores às atividades agrícolas desenvolvidas pelas pessoas ocupadas e residentes em áreas rurais. Nas demais regiões, ainda prevalecem as atividades agrícolas, com destaque para a região Nordeste onde mais de 75% das ocupações totais são de caráter agrícola.

Através das informações da Tabela 2 também é possível observar o caráter desigual do desenvolvimento do país, uma vez que as taxas regionais de crescimento de cada ramo de atividade são bastante diferentes, além do que essas taxas também são díspares em relação aos períodos considerados, o que pode significar que as respostas à crise econômica enfrenta-

**Tabela 2 – PEAR rural ocupada, segundo o ramo de atividade e as Grandes Regiões modificadas do país (1981-1997).**

Grandes Regiões Modificadas (1)	“PEAR” rural Ocupada	Pessoas (1.000)						Taxa anual (%)	
		1981	1992	1993	1995	1996	1997	81-92 <sup>a</sup>	92-97 <sup>b</sup>
<b>Nordeste</b>	<b>Total</b>	<b>6.102</b>	<b>7.163</b>	<b>7.210</b>	<b>7.214</b>	<b>6.677</b>	<b>7.042</b>	<b>1,5***</b>	<b>-0,8</b>
	Agrícola	4.581	5.562	5.276	5.516	4.979	5.308	1,8***	-1,1
	Não-Agrícola	1.521	1.600	1.934	1.698	1.698	1.734	0,5	0,0
<b>São Paulo</b>	<b>Total</b>	<b>1.011</b>	<b>1.004</b>	<b>1.062</b>	<b>1.060</b>	<b>1.014</b>	<b>979</b>	<b>-0,1</b>	<b>-0,7</b>
	Agrícola	682	612	636	543	527	454	-1,0	-5,9***
	Não-Agrícola	329	393	426	517	487	526	1,6*	5,9***
<b>Sudeste (-SP)</b>	<b>Total</b>	<b>2.270</b>	<b>2.307</b>	<b>2.332</b>	<b>2.340</b>	<b>2.278</b>	<b>2.285</b>	<b>0,1</b>	<b>-0,3</b>
	Agrícola	1.829	1.679	1.700	1.618	1.587	1.543	-0,8**	-1,8***
	Não-Agrícola	441	628	632	722	691	742	3,3***	3,5***
<b>Sul</b>	<b>Total</b>	<b>3.654</b>	<b>3.209</b>	<b>3.086</b>	<b>2.986</b>	<b>2.935</b>	<b>2.830</b>	<b>-1,2***</b>	<b>-2,3***</b>
	Agrícola	3.043	2570	2.442	2.318	2.182	2.066	-1,5***	-4,1***
	Não-Agrícola	610	639	644	668	753	764	0,4	3,9***
<b>Centro-Oeste (+TO)</b>	<b>Total</b>	<b>760</b>	<b>1.007</b>	<b>1.012</b>	<b>1.013</b>	<b>1.000</b>	<b>1.006</b>	<b>2,6***</b>	<b>-0,1</b>
	Agrícola	600	770	772	734	675	686	2,3***	-2,8***
	Não-Agrícola	159	237	241	279	325	320	3,7***	7,2***

Fonte: NEA/IE/UNICAMP - Projeto Rurbano - Tabulações Especiais

a) O teste *t* indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste *t* indica a existência ou não de uma tendência nos dados. (\*), (\*\*) e (\*\*\*) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

(1) Não inclui a Grande Região Norte (-TO)

<sup>14</sup> Essa metodologia adotada pelo Projeto Rurbano está embasada em uma nova metodologia de regionalização desenvolvida no trabalho de Kageyama e Silveira (1997).

da pelo país nas décadas de 1980 e 1990 foram bem distintas no âmbito regional.

A Tabela 3 apresenta as informações referentes aos ramos de atividades não-agrícolas em que as pessoas se ocupam produtivamente. De um modo geral, nota-se que cinco, dos dez ramos pesquisados pelo IBGE, respondem por mais de 80% do total dessas ocupações, com destaque para os ramos de Prestação de Serviços; da Indústria de Transformação e do Comércio de Mercadorias.

Em termos dos períodos pesquisados, observa-se que no intervalo entre 1981 e 1992, apenas o ramo da indústria da construção civil apresentou uma redução significativa dos níveis considerados. Já entre 1992-1997, esse ramo mostrou sinais de recuperação, porém as taxas de crescimento não apresentaram uma tendência significativa.

O ramo da indústria da transformação, que era o mais importante em 1981, ao representar mais de 20% das ocupações não-agrícolas, vem reduzindo sua participação na década de noventa, embora sua queda não tenha apresentado taxas significativas. Com isso, o ramo de Prestação de Serviços acabou se transformando no

mais importante setor de ocupação da mão-de-obra não-agrícola, respondendo por cerca de 30% dessas ocupações no ano de 1997.

Embora a Tabela não apresente essas informações regionalmente, dados retabulados pelo Projeto Rurbano mostraram que essa mesma dinâmica é mantida pelas regiões, ou seja, prevalecem também em todas essas regiões os cinco principais ramos que predominam no país.

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos do trabalho partiram de duas premissas básicas: a primeira é que o espaço rural deixou de ser um locus especificamente agrícola e, a segunda, é que o trabalho rural está passando por um forte processo de mudanças.

Quanto ao primeiro aspecto, nota-se que o mundo rural não pode mais ser concebido a partir de um setor econômico específico, uma vez que nele emerge um conjunto heterogêneo de atividades que rompe com o monopólio da agricultura enquanto atividade econômica exclusiva. Neste caso, o desenvolvimento rural precisa ser pensado a partir das inter-relações que passam a existir

**Tabela 3 – “PEAr” rural restrita, segundo a condição de ocupação e o ramo de atividade. Brasil 1981-1997.**

Ramo de Atividade	Pessoas (1.000)						Taxa anual (%)	
	1981	1992	1993	1995	1996	1997	81-92 <sup>a</sup>	92-97 <sup>b</sup>
<b>Total da “PEAr” rural</b>	<b>13.936</b>	<b>15.001</b>	<b>14.998</b>	<b>14.935</b>	<b>14.309</b>	<b>14.572</b>	<b>0,7***</b>	<b>-0,8*</b>
Ocupados	13.797	14.689	14.702	14.613	13.905	14.142	0,6***	-1,0**
Agrícola	10.736	11.193	10.826	10.730	9.950	10.056	0,4***	-2,2***
Não-Agrícola	<b>3.061</b>	<b>3.497</b>	<b>3.877</b>	<b>3.883</b>	<b>3.955</b>	<b>4.086</b>	<b>1,2***</b>	<b>2,5**</b>
Prestação de Serviços	618	975	970	1.106	1.105	1.207	4,2***	4,4***
Indústria da Transformação	646	773	814	791	741	780	1,6***	-0,6
Comércio de Mercadorias	313	452	449	517	543	531	3,4***	4,2***
Social	309	469	507	507	538	506	3,9***	1,6*
Indústria da Construção Civil	735	312	558	396	434	445	-7,5***	2,8
Administração Pública	96	162	231	199	205	212	4,9***	2,9
Transporte e Comunicação	117	146	130	147	171	173	2,1***	4,9**
Outras atividades industriais	126	115	126	119	103	111	-0,9	-2,1
Serv. Auxiliares de ativ. econ.	55	55	54	64	71	75	0,0	7,1***
Outras atividades	45	38	39	37	44	47	-1,6	4,1*
<b>Não-ocupados (Procurando Emprego)</b>	<b>139</b>	<b>312</b>	<b>295</b>	<b>322</b>	<b>404</b>	<b>430</b>	<b>7,6***</b>	<b>7,4***</b>
Pessoas com 10 anos ou mais de idade	<b>24.234</b>	<b>23.785</b>	<b>23.760</b>	<b>24.029</b>	<b>24.211</b>	<b>24.318</b>	<b>-0,2*</b>	<b>0,5***</b>

Fonte: NEA/IE/UNICAMP- Projeto Rurbano - Tabulações Especiais

a) o teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. (\*), (\*\*) e (\*\*\*) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

1) Não inclui a Grande Região Norte (-TO)

entre as atividades agrícolas e as atividades não-agrícolas, cuja tendência é cada vez mais crescente.

Quanto ao trabalho agrícola, é inegável o processo em curso que está levando a uma queda seqüencial da participação das ocupações agrícolas na PEA rural. Esse movimento, que se acentuou na década de 1990, assumiu uma dimensão nacional, muito embora em algumas regiões – como é o caso do Nordeste – este processo ainda não assumiu a mesma dimensão que em outros locais – como é o caso do Estado de São Paulo.

Em outra oportunidade, quando se analisam as principais tendências do emprego agrícola, constata-se que o nível das ocupações de caráter exclusivamente agrícola está sujeito a vários fatores. Em primeiro lugar destaca-se que esse tipo de emprego se concentra em um pequeno número de culturas; em segundo lugar ressalta-se que a incorporação de novas tecnologias (mecanização e quimificação de todo o ciclo produtivo) reduzirá ainda mais a necessidade de força de trabalho e, em terceiro lugar, a forma tradicional de expansão do emprego agrícola através da incorporação de novas áreas está chegando ao limite, uma vez que as chances de expansão das fronteiras agrícolas estão atingindo seu teto máximo.

As ocupações não-agrícolas, por sua vez, se expandem em todas as regiões do país e acabam atuando como um colchão amortecedor relativamente à queda das taxas de ocupações agrícolas, muito embora as diferenças ainda se mantenham elevadas, ou seja, o crescimento percentual das ocupações não-agrícolas é inferior às taxas de queda das ocupações estritamente agrícolas.

De qualquer forma, os dados apresentados anteriormente revelam que, numa PEA rural ocupada de 14 milhões de pessoas, mais de 4 milhões estão vinculadas às atividades não-agrícolas. Esse movimento atinge uma relevância sócioeconômica muito grande porque mostra uma perspectiva consistente para a população rural, tanto em termos de obtenção de renda monetária como em termos de ocupação produtiva.

## Abstract

The work discusses the new functions of the agricultural space, from a point of view that does not consider agriculture as hegemonic economic activity of the agricul-

tural world, what implies to admit the existence of a set of other activities not necessarily related to the activities strict agriculturists. These activities are the ones which are giving a new connotation to the agricultural work, whose express essence in the expansion of the occupations not-agriculturists to face the process of decrease of the occupations with character exclusively agriculturist.

## Key words:

Agricultural development, public Occupations not-agriculturists, Agriculture-Public polices.

## REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, F. O. **Agricultura, espaço e sociedade rural**. Lisboa: Fora de Texto, 1993. 118 p.
- BARROS, A.; MENDES, F.R. Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa. **Análise Social**, v. 19, n. 75, p. 57-78, 1983.
- BONNANO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças sócio-econômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: UFPE, 1999. p. 47-94.
- BUTTEL, F.; GOODMAN, D. Class, state, technology and internacional food regimes. **Sociologia Ruralis**, n. 29, p. 86-91, 1989.
- CARNEIRO, M.J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. 228p.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Brasília-DF. **Anais...** Brasília: SOBER, 1997.
- DEL GROSSI, M.E. **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1981 a 1995**. 1999. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 1999.
- FRIEDLAND, W.; PUGLIESE, E. Class formation and decomposition in modern capitalist agriculture. **Sociologia Ruralis**, n.29, p.149-165, 1989.

- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, p. 361-373, 1990.
- GAMA, A. Indústria e produção de um espaço periurbano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 22, p.33-53, 1987.
- GIULIANI, G.M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista de Ciências Sociais**, n. 14, p. 59-67, 1990.
- HOFFMANN, R. **Precisão dos resultados das PNAD's e a determinação de mudanças estatísticas significativas**. Campinas, 1997. Mimeografado.
- KAGEYAMA, A.; SILVEIRA, J.M. Agricultura e questão regional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 35, n. 2, p. 9-33, 1997.
- MARSDEN, T. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**, v. 32, n. 2-3, p. 209-230, 1992.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture? regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v.11/13, p.285-296, 1995.
- MATTEI, L. A evolução do emprego agrícola no Brasil. In: CAMPANHOLA, C. (Org.); SILVA, J.G. da. (Org.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. V. 4. (Coleção Mercado de Trabalho).
- MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do "urbano" e do "rural". **Revista Crítica de Ciências**, Lisboa, n. 22, p.83-99, 1987.
- MÜLLER, G. Brasil agrário: heranças e tendências. In: BRASIL em Artigos. São Paulo: FSEADE, 1995. p. 223-247.
- NEWBY, H. Emergent issues in theories of agrarian development. In: THORMILEY, D. **The economics and sociology of rural communities**. Avebury: East-West Perspectives, 1987.
- PUGLIESE, E. Agriculture and the new division of labor. In: FRIEDLAND, W. et al. **Towards a new political economy of agriculture**. Boulder: Westview Press, 1991.
- REIS, J. et al. How 'rural' is agriculture pluriactivity?. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4, p.395-399, 1990.
- SARACENO, E. The modern function of small farm: na italian experience. **Sociologia Ruralis**, v. 34, p. 308-328, 1994.
- SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 16 p. 105-129, 1995.
- SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.
- SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, p.43-81, 1997.
- SILVA, J. G. da et al. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p.50-64, 1997.

---

Recebido para publicação em 16.05.2005.